NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 22/Mai

cntv@cntv.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 2973 - Ano 2023

PORTARIA DA PF QUE PREVÊ CASSAÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL DE VIGILANTE DEVE SER QUESTIONADA

Foto: Reproducao Internet

A nova portaria da Policia Federal em vigor desde o último dia 1º de maio que disciplinando as atividades de Segurança Privada e regulando a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros, traz como uma das novidades a possibilidade de **CASSAÇÃO DO REGISTRO PROFISSIONAL DO VIGILANTE.**

Pela portaria o Vigilante pode perder o registro:

- se deixa de possuir aptidão no exame de saúde física, mental ou psicológica;
- se não consegue todas as certidões criminais;
- se descumprir o "dever profissional" no tocante a exercer a atividade com urbanidade, probidade, denodo, deixar de observar as garantias fundamentais, individuais e coletivas, a diversidade e dignidade humana;
- atuar em estado de embriaguez;
- sob efeito de substancia química ou alucinógena.

A questão não é discordar da observância destas diretrizes, mas do tratamento diferenciado para trabalhadores e para empresas e bancos. Para estas ultimas, antes da pena capital (cancelamento do registro ou fechamento) a lei prevê e a PF aplica advertência, multa pecuniária e suspensão temporária. Se cabível alguma penalidade para o trabalhador, porque do tratamento diferenciado?

A lei 7.102/83 prevê penalidade somente para empresas e bancos, não prevê penalidade para Vigilante. Quando a norma da Policia Federal cria uma penalidade, sua legalidade é questionável.

A CNTV e Sindicatos de luta questionarão e enfrentarão fortemente contra este tratamento desigual, diferenciado e de legalidade questionável. Mas, enquanto isto, alertamos a todos os colegas que a portaria está valendo.

Por José Boaventura

Presidente da CNTV

NOTA DE REPÚDIO E SOLIDARIEDADE

A **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES – CNTV** vem a público repudiar veementemente a forma com que o Governo do Estado de Alagoas, que tem como governador o senhor Paulo Dantas – MDB/AL, está tratando os trabalhadores vigilantes, os trabalhadores da área de saúde e a população Alagoense.

Os vigilantes alagoanos, além de não receberem seus direitos trabalhistas corretamente e precisarem fazer greve exigindo o pagamento do seu labor, se depararam no sábado com a rescisão de TODOS os contratos de serviço de vigilância na área de saúde, o que acarretará a demissão aproximada de 600 pais e mães de família, sem qualquer tipo de aviso.

As unidades de saúde do Estado estão sem segurança o que deixa desprotegidos os trabalhadores da área de saúde e a população em geral, tendo em vista que os vigilantes são treinados não apenas para cuidar do patrimônio, mas da vida de quem precisa destes serviços.

A decisão foi baseada na desculpa simplista de que há a necessidade de redução de gastos, mas não trouxe nenhum tipo de estudo do por que deste corte ter que ser feito na segurança de uma área tão sensível e que já apresenta tanta escassez de recursos como a área de saúde. É sabido que existem outras áreas em que se pode queimar "gordura".

É bom deixar claro, que esta decisão foi UNILATERAL, nem os trabalhadores e nem as empresas foram chamadas a negociação.

Desta forma, gostaríamos de rogar ao Governo do Estado de Alagoas e ao Governador Paulo Dantas, que reveja esta decisão.

Queremos ainda, nos solidarizar com os pais e mães de família que estão sendo humilhados e desrespeitados com esta medida imposta pelo Governo Alagoano.

Reafirmamos aos vigilantes alagoanos e ao Sindicato dos Vigilantes de Alagoas que estamos ao lado de vocês nesta luta.

Contem conosco.

"Quem não luta por seus direitos não é digno deles". Rui Barbosa

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES - CNTV

ENTENDA O CASO

AL: Em greve, vigilantes são pegos de surpresa com suspensão de contrato

Paralisada há 13 dias, categoria reivindica o pagamento salarial e do ticket alimentação atrasados

Foto: Reprodução

Os vigilantes da Vital Segurança, que prestam serviços para a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), dizem que foram pegos de surpresa nesta sexta-feira (19/5), com a notícia da suspensão do contrato com o Governo de Alagoas.

A paralisação dos profissionais já dura 13 dias. De acordo com o diretor do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Alagoas (Sindvigilantes/AL), Amauri Fabiano, a categoria reivindica o pagamento salarial e do ticket alimentação atrasados.

"[...] Estamos parados, e recebemos a triste notícia do Governo do Estado que os vigilantes da Vital e da Tigre, que prestam serviços no Hospital Geral do Estado (HGE) e nos postos de saúde, vão ser retirados, para colocar quem sabe lá", disse Amauri.

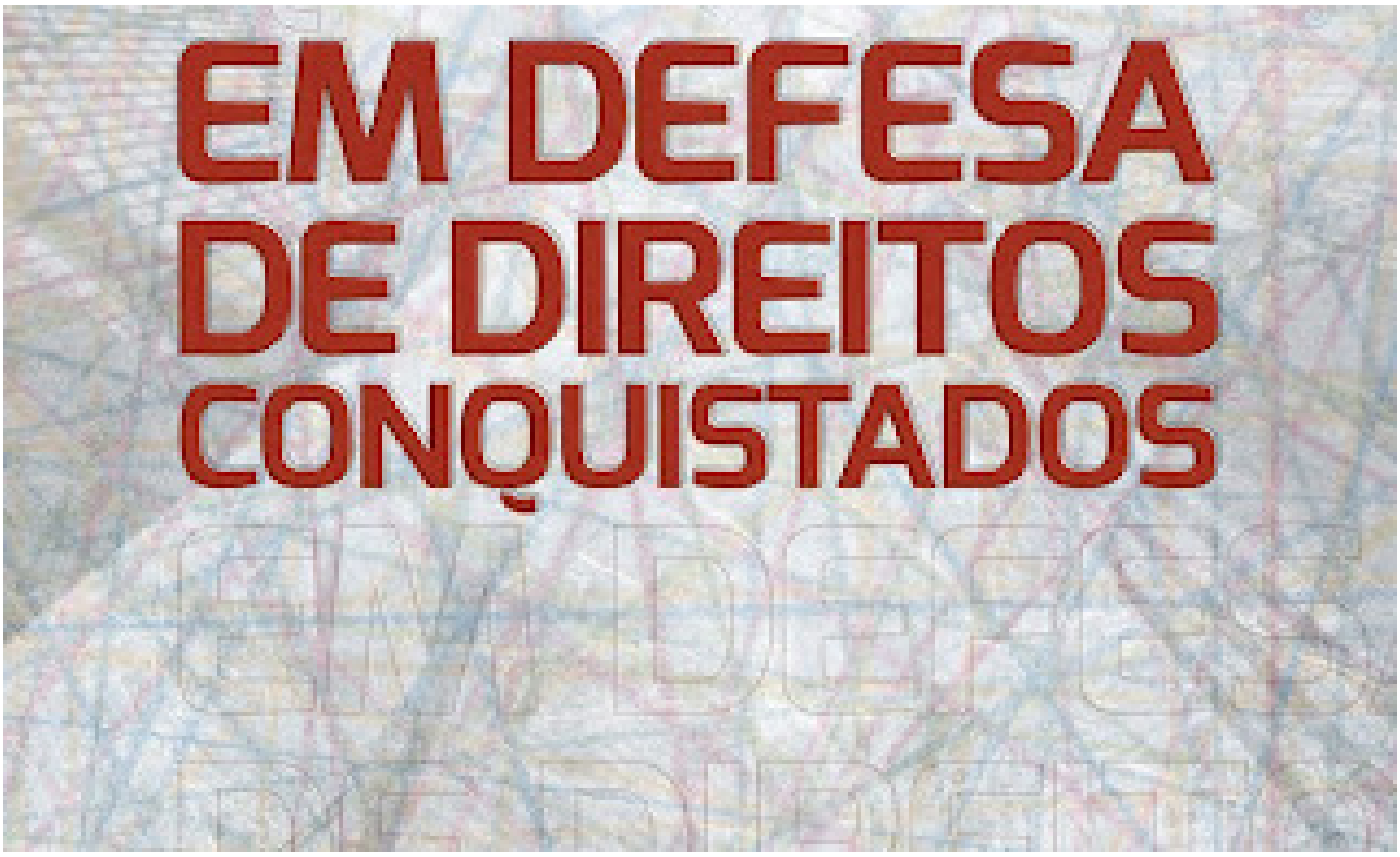
A Vital é responsável pela contratação de vigilantes no Hospital Regional da Mata (União dos Palmares), no Hospital Regional do Alto Sertão (Delmiro Gouveia), nas UPAs da Cidade Universitária, Chã da Jaqueira e Jaraguá (Maceió) e na UPA de Arapiraca.

A situação tem causado grande preocupação, uma vez que os profissionais são essenciais para a garantia de segurança nos hospitais e Upas do Estado, situação que pode ficar comprometida caso uma solução não seja dada de maneira rápida.

Fonte: O ALAGOANO

Vigilantes voltam ao trabalho após intervenção do Sindicato

Onde ha covardia de gestor de segurança nos vamos bater de frente sempre doa quem doer



Mesmo com as perseguições por superiores da agência da Caixa Econômica em Petrópolis, após denúncia do Sindicato de que a unidade funcionava sem a porta giratória e com vigilantes fazendo revistas manuais com detectores de metais, o Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e região conseguir reverter o afastamento dos vigilantes.

"Depois de muita briga e luta conseguimos a volta dos vigilantes para a Caixa com a ajud do Sr. Saulo, da CEF em Brasília", afirma Adriano Linhares, presidente do Sindicato.

Os vigilantes regressaram para outra unidade da Caixa e mantiveram os empregos. "Nossa é luta é pelo emprego e, principalmente, pelas melhores condições de trabalho que não ofereçam riscos para o trabalhador", finaliza Linhares.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e Região

Sindicato dos Vigilantes realiza protesto em Niterói e São Gonçalo

Breendon Santos

O Sindicato dos Vigilantes de Niterói, Maricá, Itaboraí, São Gonçalo e Rio Bonito (SVNIT) realizou uma manifestação contra o acúmulo de funções dos vigilantes bancários em diversas agências de Niterói e São Gonçalo; na tarde dessa sexta-feira (19/05).

Segundo os protestantes, os vigilantes estão tendo que fazer dupla função, realizando a segurança e o desbloqueio da porta, e ainda ter que controlar a segurança através de um tablet.

A reclamação do sindicato é exatamente a proibição do uso do celular dentro das agências "por tirar a concentração" dos vigilantes, porém, o banco Itaú implementou a segurança pelo tablet, que também tira o foco dos trabalhadores para a zona de perigo.

"Recentemente a diretoria do sindicato recebeu denúncias sobre o banco Itaú. Primeiro, não há rendição no almoço, e a outra denúncia é sobre um novo material de segurança, que o vigilante por um tablet tem que monitorar a saída das portas, o caixa eletrônico, o autoatendimento, sendo que há anos atrás o departamento de segurança proibiu os vigilantes de usarem celulares ou aparelhos do tipo para não atrapalharem o serviço e desviar a atenção. Como agora pode?", disse o Eduardo carvalho, diretor do sindicato.

"Questionamos o banco sobre a atitude imposta, já que eles não consultaram o sindicato. Simplesmente implementaram um sistema e não dá satisfação como se o trabalhador fosse um boneco e eles agem como querem. Nós estamos fazendo uma manifestação pacífica para que haja resposta. Caso não tenha resposta, tomaremos outras medidas cabíveis", disse Paulo.

Já o Presidente do Sindicato dos Vigilantes, o Cláudio José, disse que há um abuso e chamou essa função de "escravidão velada".

"Hoje, esse posicionamento é prejudicial. Queremos acabar com essa escravidão velada. O vigilante sofre muito, com as portas giratórias, com clientes mal educados e também com a agência. Agora, a partir do momento que ele pega um monitor e coloca em um determinado local para fazer o monitoramento da agência, cria um mecanismo que ele não dará atenção nenhuma a lugar nenhum, e isso pode ser prejudicial, pois pode acontecer o pior e a culpa não será do banco e sim do vigilante", disse Cláudio José.

*Estagiário sob supervisão de Lucas Nunes

FONTE: ERREJOTA

Banco indenizará gerente sequestrado durante assalto

Ele foi mantido sob a mira de arma de fogo durante 30 minutos

Interior de agência bancária

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Banco Santander (Brasil) S.A. a pagar indenização de R$ 100 mil a um gerente vítima de assaltos nas proximidades de agência em que trabalhava em São Paulo (SP). Num dos episódios, ele chegou a ser sequestrado e mantido sob a mira de arma de fogo, com constantes ameaças a ele e à família. Para o colegiado, o dano decorreu exclusivamente da sua condição de responsável pela agência.

Assaltos

Na reclamação trabalhista, o bancário disse ter sido vítima de dois assaltos. O primeiro ocorreu em 2016, quando estava lotado numa agência em local cercado de favelas, onde já havia ocorrido explosão de caixas eletrônicos e trocas de tiros. Nesse episódio, ele ficou 30 minutos sob a mira de armas no interior de seu carro.

Ainda de acordo com seu relato, uma semana depois sua casa foi invadida, e seu computador e alguns objetos pessoais foram furtados. Segundo ele, a invasão se dera para cumprimento das ameaças de morte, porque ele se recusara a colaborar com os criminosos no assalto à agência.

Casa nova

Na ocasião, ele e a família já estavam num hotel, onde permaneceram por cerca de seis meses. Depois disso, disse que teve de contrair dívida para comprar outro imóvel e não teve mais coragem de voltar à casa antiga, que ficou abandonada e teve seu valor depreciado.

Além da reparação por danos morais, ele requereu, a título de danos materiais, indenização pela compra do imóvel e pelas despesas decorrentes.

Precauções

O banco, em sua defesa, alegou ter tomado "todas as precauções possíveis para enfrentar as consequências do fato ocorrido", como acompanhar o bancário até a delegacia para registrar boletim de ocorrência, encaminhar ronda até sua residência e prestar assistência psiquiátrica.

Condenação

O juízo de primeiro grau fixou a indenização por danos morais no valor equivalente a duas vezes o valor do teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e condenou o Santander a ressarcir as despesas com diárias de hotel.

Contudo, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) entendeu que, apesar das adversidades sofridas pelo empregado, a empresa não poderia ser responsabilizada por elas, porque a situação de risco não ocorrera por sua omissão. Ainda segundo o TRT, não havia prova efetiva de que o roubo à casa do bancário tivesse relação com o assalto nem com a função exercida por ele.

Risco do negócio

Ao analisar o recurso de revista do bancário, o relator, ministro Cláudio Brandão, observou que se aplica a responsabilidade objetiva (que independe da comprovação da culpa do empregador) especialmente quando a atividade desenvolvida causar ao trabalhador um risco muito mais acentuado do que o imposto aos demais cidadãos. No caso, o gerente era responsável, entre outras coisas, por abrir e fechar a agência - e o dano decorreu dessa condição. "Independentemente de a empresa ter culpa ou não no assalto, não cabe ao trabalhador assumir o risco do negócio", concluiu.

A decisão foi unânime.

(Lara Aliano/CF)

Processo: RRAg-1001357-59.2017.5.02.0086

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho

Setor bancário apresenta saldo negativo de emprego pelo sexto mês consecutivo

Período se encerra com queda de vagas em quase todas as áreas e em 23 unidades do país, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais

O Setor Bancário eliminou postos de trabalho pelo sexto mês consecutivo. Apenas no mês de março de 2023 foram extintas 1.474 vagas – o maior número desde novembro de 2020, quando mais de 2 mil vagas foram fechadas em consequência da pandemia de Covid-19. Os dados são de levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No primeiro trimestre de 2023, os bancos eliminaram 2.662 vagas na categoria. No mesmo período do ano passado, ocorreu a abertura de 3.160 vagas.

Em sentido contrário, o ramo financeiro, excluindo a categoria bancária, apresentou saldo positivo em março, com abertura de 925 postos de trabalho – número 68,5% inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Nos últimos 12 meses, foram criados 28,5 mil postos de trabalho, uma média de criação de 2,3 mil postos por mês. As atividades financeiras que mais criaram postos em março foram: crédito cooperativo (831 vagas); holdings de instituições não-financeiras (351); e outras sociedades de participação, exceto holdings (92).

Movimentação por áreas

Para melhor compreensão da movimentação de emprego por áreas, a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o Dieese separou a categoria pelas seguintes áreas específicas: administração e afins, atendimento ao público, tecnologia da informação; e bancária/financeira. Em todas, observou-se saldo negativo para o mês de março e para o primeiro trimestre de 2023.

O setor que mais eliminou vagas foi área bancária/financeira, com variação negativa de 2.092 postos de trabalho nos primeiros três meses do ano, e 1.165 em março. O agrupamento área administrativa e afins eliminou no trimestre 478 vagas. O setor de tecnologia da informação, também apresentou queda das contratações, com saldo negativo de 94 vagas, o que, segundo o Dieese, "sugere o esgotamento das contratações ou mesmo o agravamento das terceirizações". O único saldo positivo foi no agrupamento foi o classificado como "demais", com 147 novos postos de trabalho.

*Tabela

TABELA 1
Movimentação do Emprego Bancário por Área
Brasil, Março/2023

Área Ocupacional	Admissões		Desligamentos		Saldo	
	mar/23	1º Tri/23	mar/23	1º Tri/23	mar/23	1º Tri/23
Administrativa e afins	321	1.060	488	1.538	-167	-478
Atendimento ao público	7	54	50	196	-43	-142
Bancária / Financeira	1.987	5.731	3.152	7.823	-1.165	-2.092
Caixa de Banco / Escriturário	614	1.929	569	2.025	45	-96
Tecnologia da Informação	299	1.104	351	1.201	-52	-97
Demais	45	397	92	250	-47	147
Total Geral	**2.659**	**8.346**	**4.133**	**11.008**	**-1.474**	**-2.662**

Fonte: Novo Caged - MTE
Elaboração: Dieese – Rede Bancários

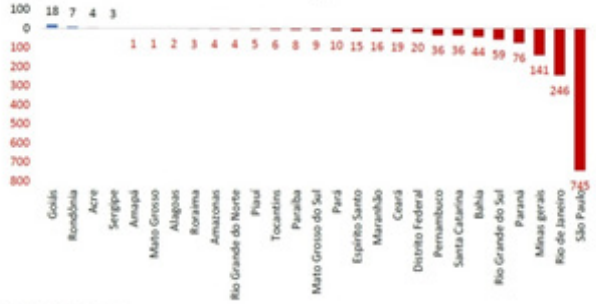
Considerado o período de 12 meses, o saldo negativo de empregos no setor bancário foi de 3.166 vagas. Em todas as atividades bancárias ocorreu saldo negativo no primeiro trimestre de 2023 e no mês de março. No documento, o Dieese ressalta que, no resultado de março para o setor bancário, ocorreu elevado número de demissões, "39,5% superior à média de desligamentos do ano de 2022, e baixo número de contratações, 16,5% inferior à média de admissões do ano de 2022".

Nos estados

Apenas quatro estados das 27 unidades da federação apresentaram saldo positivo: Goiás (18 postos), Rondônia (7), Acre (4) e Sergipe (3). Já entre os 23 estados que apresentaram fechamento de vagas, os destaques são para São Paulo (745 postos), Rio de Janeiro (246), Minas Gerais (141) e Paraná (76).

*Gráfico

GRÁFICO 4
Saldo do Emprego Bancário por UF
Brasil, Março/2023



Fonte: Novo Caged – MTE
Elaboração: Dieese – Rede Bancários

Faixa etária, sexo e remuneração média

No recorte de gênero, o saldo foi negativo tanto entre homens quanto entre mulheres. No entanto, o número de admissões entre os homens foi 11,7% superior em relação ao de mulheres. Enquanto os desligamentos foi 6,1% superior entre os homens em relação às mulheres.

Em relação à faixa etária, foi observado saldo positivo apenas nas faixas até 24 anos, com ampliação de 269 vagas. Para as demais faixas, a partir de 25 anos, o fechamento foi de 1.743 vagas.

A remuneração média também sofreu movimentação para baixo. O salário médio do bancário admitido em março foi de R$ 6.728,48, enquanto o valor médio do grupo de desligados foi de R$ 8.063,40. Logo, o salário médio do admitido correspondeu a 83,44% do desligado.

TABELA 5
Saldo do Emprego Bancário por faixa etária e sexo com ajuste
Brasil, Março/23

Faixa Etária	Admitidos			Desligados			Saldo		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Até 17 anos	2	9	11	1	3	4	1	6	7
18 a 24 anos	359	338	697	230	205	435	129	133	262
25 a 29 anos	371	307	678	435	374	809	64	67	131
30 a 39 anos	451	427	878	766	793	1.559	315	366	681
40 a 49 anos	156	144	300	397	426	823	241	282	523
50 a 64 anos	62	29	91	279	197	476	217	168	385
65 ou mais	2	2	4	20	7	27	18	5	23
Total	**1.403**	**1.256**	**2.659**	**2.128**	**2.005**	**4.133**	**725**	**749**	**1.474**

Fonte: Novo Caged – MTE
Elaboração: Dieese – Rede Bancários

TABELA 5
Admitidos, desligados e diferença do salário médio da Categoria Bancária
Brasil, Março/2023

	Admitidos			Desligados			Diferença
	Nº de Trab.	Part. (%)	Salário Médio (em R$)	Nº de Trab.	Part. (%)	Salário Médio (em R$)	Salário Médio (%)
Bancos Comerciais	61	2,3%	4.139,34	66	1,6%	6.196,31	66,81%
Bancos de Investimento	6	0,2%	7.883,05	13	0,3%	11.052,74	71,32%
Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial	2.540	95,5%	6.771,29	3.928	95,0%	8.049,32	84,12%
Bancos Múltiplos, sem Carteira Comercial	44	1,7%	6.030,63	87	2,1%	10.640,54	56,68%
Caixas Econômicas	8	0,3%	15.906,00	39	0,9%	5.960,72	266,85%
Total	2.659	100,0%	6.728,48	4.133	100,0%	8.063,40	83,44%

Fonte: Novo Caged – MTE
Elaboração: Dieese – Rede Bancários

Falta responsabilidade do setor

"Os bancos continuam eliminando postos um momento em que, apesar de leve melhora no mercado de trabalho, o país continua com altos índices de desemprego. Temos que lembrar que o sistema financeiro continua obtendo altos lucros no país. E aqui entra também a nossa crítica ao Banco Central com manutenção da Selic em 13,75% – a mais alta do mundo, uma vez que também influencia na cobrança dos juros das operações de crédito dos bancos no Brasil", observa o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Walcir Previtale. Ele lembra que só o Bradesco cortou mais de 2 mil empregos no primeiro trimestre de 2023. "Mesmo na alta lucratividade, cada vez mais o sistema financeiro vai diminuindo o número de empregados", completou.

De acordo com a Pesquisa de Juros da Associação Nacional de Executivos (Anefac), em janeiro, pessoas físicas pagavam em média no Brasil juros de 124% ao ano em operações de crédito. Já as pessoas jurídicas, 61% ao ano.

"Os números do Caged, que apontam para uma mudança estrutural no mercado de trabalho bancário, com o fechamento de postos de trabalho, de agências, mudança do perfil salarial para baixo e menos mulheres no setor bancário, apenas confirmam que o sistema financeiro não está cumprindo a sua obrigação com o país, conforme o artigo 192 da Constituição, que prevê a responsabilidade desse setor na promoção do desenvolvimento equilibrado do Brasil e em servir aos interesses da coletividade", destacou ainda Walcir. "Historicamente, o movimento sindical sempre ressaltou essa responsabilidade do setor financeiro, e continuaremos lutando contra o fechamento de agências e pela abertura de unidades em muitos lugares onde, sabemos, não há nenhum tipo de atendimento bancário à população", completou. "Na propaganda, os bancos colocam números maravilhosos, mas na prática a gente assiste uma alteração no perfil do mercado de trabalho que compromete o futuro do país", arrematou o secretário.

Os dados completos estão na Pesquisa do Emprego Bancário – Número 22 – Maio/2023, elaborada pelo Dieese.

Fonte: TST

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF